



ATA Nº 10/2015

Aos 28 dias do mês de setembro do ano 2015, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho, para a quarta sessão ordinária do ano de 2015, presidida pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, José Manuel Carmo da Silva e secretariada por Maria Alexandra Flor Bastos e António Manuel Pinto Oliveira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Definição das taxas de IMI 2015 para efeitos de liquidação e cobrança em 2016;
3. Lançamento de Derrama para efeitos de liquidação e cobrança em 2016;
4. Participação Variável no IRS 2016;
5. Proposta de abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º e 3.º grau;
6. Propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
7. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
8. Aprovação das Atas.

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim José Pinto Moreira e pelo Vereador Quirino Manuel Mesquita de Jesus.

Foi verificada a presença dos Vogais Ana Paula Pereira Belinha, Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, Bernardo Coelho de Lacerda Machado, Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Alfredo Domingues da Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Pedro Nuno Oliveira Tavares, Rosa Martins de Freitas Duarte, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende, Manuela Alexandra Miranda Pinto Vilares da Silva e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia** Nuno Pinto de Almeida, Rui Manuel Martins Torres, Manuel de Oliveira Dias e José Marco da Cunha Rodrigues.

Foi dada nota dos pedidos de substituição do Presidente da Assembleia Municipal pelo vogal Victor Manuel Dias Ruivo, dos vogais Ricardo Bastos Sousa por Maria Susana Gomes de Castro Valente, de Rita Figueiredo Reis Rola por Carlos Manuel Cardoso Loureiro, de José Luis Machado Peralta por Ângelo Fernando da Naia Cardoso, de Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada por Paulo Jorge Lemos Conceição.

Verificado o quórum, o Presidente em exercício declarou aberta a reunião dizendo que, em reunião da Comissão Permanente, ficara decidido que os pontos 2, 3 e 4 da Ordem de Trabalhos seriam discutidos conjuntamente e que os documentos do grupo do BE: "Moção pela solidariedade e contra a Europa Fortaleza" e "Recomendação Para o acolhimento de refugiados em Espinho" seriam enquadrados no ponto 6 da referida Ordem de Trabalhos.

Referiu que fora apresentado à mesa um pedido de intervenção do público presente pelo que deu à palavra ao Sr. Manuel Pereira Martins, portador do BI 5108045, residente na Travessa Nova de Poços na freguesia de Anta, que expôs que os proprietários dos terrenos envolventes à Rua da Igreja em Guetim cederam terreno para execução do passeio e estacionamento por força da execução daquela rua e que encontravam-se impossibilitados de acederem aos seus terrenos com máquinas agrícolas devido às rampas existentes, pelo que solicitou uma solução para aquela questão que já se arrastava há 3 anos.

O vogal **Alfredo Rocha (PS)** pediu a palavra para dizer que estava preocupado com aquela situação uma vez que tinha sido ele a solicitar aos proprietários daqueles terrenos que cedessem graciosamente cerca de 2 metros de terreno para domínio público para permitir a realização daquelas obras. Os terrenos em causa ficavam numa zona alta, com um talude de terra que fora cortado para realização dos passeios que, com a chuva intensa, derrocou impossibilitando o acesso aos seus proprietários com máquinas agrícolas. A situação, que no seu entender era de fácil resolução, arrastava-se há 3 anos.

Presidente CME esclareceu que a situação não se arrastava há 3 anos como referido dado que a obra ficara concluída em inícios de 2014. A Câmara fora alertada para a situação por uma missiva entregue nos serviços, após o que, analisada a questão, verificou-se que não era de fácil resolução, dado tratar-se de terrenos com uma cota elevada, com cerca de 3 metros, que precisavam de um muro de suporte para contenção das terras, o qual seria executado logo que houvesse disponibilidade financeira por parte da Câmara Municipal.

A reunião prosseguiu com o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: **Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia**, com dois votos de pesar apresentados pelos grupos municipais do PS e do PSD do seguinte teor:



PS "Voto de Pesar: No passado dia 21 de agosto faleceu com 90 anos o Sr. António Gaio, diretor do Cinanima - Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho e figura de referência no universo português e europeu deste género artístico. António Gaio foi uma figura ímpar no panorama cultural português e que sempre se dedicou à causa pública. Homem de "espírito livre e aberto", foi também um verdadeiro "homem dos sete ofícios": foi bancário de profissão, mas o seu interesse pela cultura e outras atividades recreativas manifestou-se desde muito cedo. No desporto, foi dirigente do Sporting Clube de Espinho e da Associação Académica de Espinho durante 28 anos e foi fundador da secção de Ginástica Desportiva da Académica de Espinho, em 1945. Além disso, integrou a comissão para a construção do Pavilhão Arquiteto Jerónimo Reis, em Espinho. Teve ainda tempo para passar pelo jornalismo: ocupou cargos redatoriais, na administração ou direção da imprensa local, em jornais como o "Defesa de Espinho" ou o "Maré Viva", do qual foi fundador. Assumiu a direção do Cinanima em 1981. Na qualidade de diretor do Festival, integrou por duas vezes o júri dos concursos do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia. Em 1997, recebeu a Comenda de Mérito Cultural, atribuída pelo Presidente da República. Em 2000, publicou um livro pioneiro: "História do Cinema Português de Animação – contributos". Pelo seu Octogésimo aniversário foi-lhe atribuído o título de Sócio Honorário da pelo Instituto de Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) e pela Casa da Animação. António Gaio dizia que o que faz "é por amor ao cinema e à cultura", "E o que se faz por devoção não deve ser agradecido". Por isso, além da obra que nos deixou, devemos lembrar e perpetuar o seu exemplo de dedicação e entrega desinteressada às causas públicas e da cultura. Assim propomos que esta Assembleia, preste homenagem com um minuto de silêncio e aprove um Voto Pesar pelo falecimento do Sr. António Gaio, endereçando à família enlutada, as nossas sentidas condolências e sinceros pêsames."

PSD "Voto de Pesar: Tendo tomado conhecimento do falecimento do Senhor António Gaio no dia 20 do passado mês de Agosto, o Partido Social Democrata manifesta o seu profundo pesar pelo seu desaparecimento. O Sr. António Gaio é uma figura incontornável da sociedade espinhense, tal qual a conhecemos. Era um Homem de cultura e viveu para ela. O seu nome fica para sempre associado ao Cinanima - Festival de Animação de Espinho. Poucos são os que deram a conhecer a nossa cidade de Espinho ao mundo como ele. Poucos são aqueles que tantas personalidades trouxeram à nossa terra. Muitas das instituições de cariz cultural e desportivo que hoje conhecemos e respeitamos tiveram o Sr. António Gaio por membro e dirigente, em tempos muito difíceis. Espinho tem muito orgulho da pessoa que foi Sr. António Gaio e está-lhe muito agradecida. Assim, o PSD propõe que a Assembleia Municipal de Espinho, reunida na sua sessão ordinária do dia 28 de Setembro de 2015, delibere aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Gaio, apresentando as suas condolências a toda a família enlutada, muito especialmente ao seu neto, Carlos Gaio, dedicado funcionário desta Câmara Municipal."

Presidente CME disse que a Câmara Municipal associava-se aos votos de pesar.

Jorge Carvalho (CDU) disse que esqueceram-se que o Sr. António Gaio fora Vereador e membro da Assembleia Municipal e sobretudo esqueceram-se que era partidário do PCP. Parecia que tinham medo de reconhecer que, por ter sido uma pessoa de grande valor, não podia ser comunista. Lamentavam que uma faceta política de uma vida de 90 anos tivesse sido esquecida. Disse que a CDU não apresentara nenhum documento porque não promoviam as pessoas por razões políticas, embora tivessem um enorme pesar pelo falecimento do Sr. António Gaio. Que as lágrimas do PS e do PSD eram “lágrimas de crocodilo”.

Bernardo Lacerda (PSD) protestou dizendo que o vogal Jorge Carvalho acabara de destruir dois votos de pesar, ficando-lhe mal, como tão agradado militante da CDU, não trazer também um voto de pesar. Que não eram *lágrimas de crocodilo* e que todos tinham o direito de verificar o que o Sr. António Gaio fora para Espinho e para a comunidade Espinhense.

Jorge Pina (PS) protestou dizendo que o vogal Jorge Carvalho ferira o pensamento e a mentalidade do Sr. António Gaio.

José Carvalhinho (PS) protestou dizendo que não gostara nada da intervenção do vogal Jorge Carvalho. Que, na sua adolescência, trabalhara na Nascente com o Sr. António Gaio, tendo aprendido muito com o seu exemplo. Que, para ele, fora um segundo pai a nível espiritual, cultural e até político para ele.

Paula Belinha (PSD) protestou dizendo que sentia-se pessoalmente ofendida. Conhecia o Sr. António Gaio desde pequena. Todos sabiam que fora ligado ao PCP, e que, apesar de não o terem referido não eram ignorantes. Disse que bastava uma palavra para honrar a memória das pessoas.

Ana Rezende (CDU) pediu a palavra para contraprotesto dizendo que considerava que a omissão fora propositada. Disse que a CDU não apresentava votos de pesar porque preferiam o apoio, a devoção aos atos daqueles que tornam-se heróis todos os dias, o Sr. António Gaio não era exceção. Não ficava mal à CDU a não apresentação de voto de pesar porque naquela Assembleia todos passavam a ser boas pessoas depois de mortos.

Jorge Carvalho (CDU) pediu a palavra para contraprotesto dizendo que a exposição realizada no FACE sobre o Sr. António Gaio abarcava toda a sua vida excetuando a atividade política, facto pelo qual, ele próprio se sentiu triste. Na sua intervenção anterior, referira-se em posições políticas e não pessoais. A vida política do Sr. António Gaio fora importante e escondiam-na intencionalmente.

Votação: Os dois documentos foram aprovados por unanimidade.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



A pedido do grupo municipal do PS, a Assembleia Municipal cumpriu um minuto de silêncio em memória do Sr. António Gaio.

Retomaram-se os trabalhos com a apresentação de dois votos de louvor apresentados pelos grupos municipais do PS e do PSD do seguinte teor:

PS "Voto de Louvor: Padre José Pedro Azevedo cessou a sua missão na Paróquia de Espinho Ao fim de 11 anos de trabalho pastoral na Paróquia de Espinho o Padre José Pedro Azevedo deixa uma marca de simpatia pessoal no cumprimento da missão evangélica que iniciou nesta cidade em 18 de Janeiro de 2004. A personalidade, a dimensão humana e sacerdotal do Padre José Pedro contribuiu ao longo destes anos para incutir os mais nobres valores da doutrina da igreja na comunidade espinhense, designadamente nos jovens, nos idosos, nos doentes e nas pessoas mais necessitadas. Prosseguiu e dinamizou o papel social da Paróquia, iniciado pelo Padre Manuel Henriques no passado e mobilizou pessoas de várias gerações para desenvolver o trabalho de voluntariado que é uma referência e um exemplo de solidariedade a bem das famílias e pessoas menos favorecidas. Homem discreto, atento e com respostas pastorais para os novos sinais dos tempos, o Padre José Pedro esteve sempre próximo das crianças e dos jovens, valorizou o papel dos escuteiros e da catequese procurando ao longo destes anos incutir valores cívicos, solidários para além pondo em prática e a palavra e a doutrina do Evangelho. Para além do legado espiritual que deixa em Espinho, o Padre José Pedro deixa também obra material, na reabilitação da Igreja Matriz e a abertura da Casa da Juventude na antiga residência sacerdotal na rua 20. Foi ao longo destes anos uma personalidade aberta e colaborante nas iniciativas e eventos da sociedade civil, apoiando e envolvendo-se no programa "Espinho Vive a Semana Santa", nas Festas Solidárias de Natal, nas festividades de Nossa Senhora da Ajuda, padroeira da cidade. O Padre José Pedro Azevedo é, por tudo isto e muito mais, uma figura da Igreja que fica como referência humana e religiosa na Paróquia de Espinho, na linha dos párocos seus antecessores a quem a cidade e o seu povo muito devem. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho reunida na sua 4ª sessão ordinária de 2015, em 28 setembro de 2015, delibera associar-se ao Voto de Louvor apresentado e aprovado pela Camara Municipal ao Sr. Padre José Pedro Azevedo, acima transcrito."

PSD "Voto de Louvor ao Pároco de Espinho: No dia 18 de Janeiro do ano de 2004, o Padre José Pedro Azevedo iniciou a sua missão evangélica na Paróquia de Espinho, deste nosso concelho. Ao longo dos quase doze anos de serviço pastoral, como Pároco de Espinho, Capelão dos Bombeiros Voluntários de Espinho e do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, o Padre Zé Pedro, como gosta ser tratado, manteve sempre uma relação muito próxima com toda a população espinhense. Homem culto, discreto, dinâmico, acessível e sempre disponível, conseguiu sempre dar exemplos dos valores da doutrina da Igreja na comunidade espinhense. Foi notável o seu trabalho na área de voluntariado e conseguiu contagiar a população

espinhense com o seu espírito no apoio a famílias carenciadas e pessoas mais desfavorecidas. Sem nunca descurar o apoio a idosos, doentes e pessoas mais desfavorecidos da comunidade espinhense, o Padre Zé Pedro acolheu muito particularmente as crianças e jovens da Paróquia Espinho, demonstrando-lhes a importância do amor e do respeito entre os homens, que deve estar presente na vida quotidiana de todos nós. O Padre Zé Pedro, homem de fé, conseguiu, de uma maneira especial, transmitir-nos que há sempre espaço e tempo para acolher os outros. O Padre Zé Pedro não era apenas o nosso Pároco e fez questão de demonstrar que é uma pessoa como as outras, com gostos e preferências como qualquer um de nós. Um homem comum com qualidades especiais. E, por isso, foi escolhido para mais uma missão, que estamos convictos saberá enaltecer. O Padre Zé Pedro é, por tudo isto e muito mais, um Homem que ficará para sempre na memória de todos os espinhenses. Assim, os vogais da AME pelo PSD, propõem um Voto de Louvor ao Padre José Pedro Azevedo, agora em que cessa a sua missão como sacerdote na Paróquia de Espinho.”

Presidente CME disse que a Câmara Municipal associava-se aos votos de louvor.

Intervenções:

Jorge Carvalho (CDU) referiu que, conforme constava na constituição, o Estado era laico, pelo que entendia que não cabia à Assembleia Municipal meter-se em questões religiosas. Em Espinho existiam outros padres de outras religiões e nunca se preocuparam com a sua atividade. Existia ali uma discriminação entre a religião católica e as restantes. Votaria contra aqueles documentos.

Manuela Vilares (BE) disse concordar com o exposto pelo vogal Jorge Carvalho, contudo, se de facto, o Padre José Pedro fizera um trabalho meritório entendia que devia ser louvado independentemente da sua religião. Votaria o documento favoravelmente.

Jorge Pina (PS) disse que o que estava ali em causa fora o trabalho que o Padre José Pedro fizera como pessoa, como homem, independentemente da sua religião. Era uma pessoa fora do comum.

Votação: Os documentos foram aprovados com 21 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções estando 24 membros presentes.

Declarações de voto:

Ana Rezende (CDU): “Não é uma questão a ferro e fogo. Partilho da opinião do Vogal Jorge Carvalho. Praticamente não conheci o Padre José Pedro, embora tenha conhecimento de alguns acontecimentos que foram feitos no concelho de Espinho no tempo que estive à frente da



Igreja. Nada tendo contra o Padre José Pedro, absteve-me devido ao cariz “evangelista” dos votos de louvor, designadamente o do PS.”

PSD: “Declaração de Saudação - Organização do Campeonato do Mundo de Futebol de Praia da FIFA:

Entre os dias 9 a 19 de Julho último, ao ter acolhido o Campeonato do Mundo de Futebol de Praia da FIFA, Espinho foi palco de um dos maiores eventos desportivos realizados em Portugal. A organização deste evento esteve a cargo da Federação Portuguesa de Futebol e da Câmara Municipal de Espinho, entre outras entidades. Espinho, ao acolher a realização deste evento, conseguiu projetar a sua marca a nível nacional e internacional como nunca tinha acontecido. O Campeonato do Mundo de Futebol teve uma extraordinária cobertura mediática, com transmissão televisiva em mais de 200 países. Espinho foi visto por milhões de pessoas. Pela primeira vez, a Seleção Portuguesa sagrou-se campeã do Mundo de Futebol de Praia, ao derrotar na final a Seleção do Taiti por 5-3. Com esta conquista do título por parte da Seleção Nacional, nas nossas areias, a cidade de Espinho ficará indissociavelmente ligada a este êxito. Foi notório o orgulho do povo espinhense, que bem soube acolher todos aqueles que nos visitaram e acompanhou carinhosamente a nossa Seleção e todas as que nos visitaram. A realização deste evento prestigiou a nossa terra, permitiu mostrar a hospitalidade e simpatia do nosso povo, a qualidade das nossas praias, a nossa gastronomia, as nossas tradições e atrações turísticas. Também não podemos esquecer o retorno económico que o evento trouxe à economia local. Este evento fica gravado para sempre na memória do povo espinhense. Os Vogais do PSD da Assembleia Municipal de Espinho felicitam: - A Federação Portuguesa de Futebol, a Câmara Municipal de Espinho e demais entidades pela organização e realização deste evento desportivo de nível mundial em Portugal - A Seleção Nacional de Futebol de Praia e, mais uma vez, a Federação Portuguesa de Futebol pelo título de campeã do Mundo.”

Intervenções:

Jorge Carvalho (CDU) disse que abster-se-ia na votação daquele documento pelo facto de que qualquer coisa que corresse menos mal à Câmara Municipal ser uma grande vitória. As pessoas viram os jogos de futebol, mas talvez já nem se lembrassem onde fora realizado o campeonato, para além de que, em Portugal, existiam várias localidades designadas por Espinho. O retorno económico não fora significativo, havendo empresários que tiveram até prejuízo. Só não votava contra o documento pelo facto de Portugal ter vencido o campeonato.

José Carvalhinho (PS) disse que o balanço do retorno económico ainda não estava definitivamente feito, pelo que aguardariam pelos estudos que a Câmara Municipal encomendara para poder aferir os verdadeiros impactos e retorno económico para o concelho. Tinham muitas dúvidas sobre o custo zero do evento, mas, considerando que era um evento importante para o concelho, o PS não levantou questões, no entanto entendiam que a discussão teria de ser feita.

Paulo Castro (PSD) disse que o facto de um evento daquela envergadura, internacional, ter sido captado para Portugal e para Espinho era de extrema importância, demonstrando a capacidade do Executivo em promover a Cidade interna e externamente e em trazer eventos importantes para o seu desenvolvimento económico.

Presidente CME referiu que receberam votos de louvor do Governo de Portugal, da Assembleia da República, da Assembleia Municipal de Lisboa. Havia que reconhecer o grande trabalho de organização, no qual a Câmara Municipal de Espinho fora coorganizadora, não sendo apenas mérito da Câmara mas de todas as outras entidades colaborantes e sobretudo o grande resultado da seleção portuguesa de Futebol de Praia que fora campeã do mundo em Espinho. O estudo de impacto estava a ser realizado, mas podia dizer que aquele evento tivera efeitos antes, durante e depois da competição, os quais repercutir-se-iam por muitos anos. Aquele campeonato do mundo fora transmitido em direto para mais de 180 países com uma audiência acumulada de 250 milhões de espectadores, fora outras reportagens emitidas pela televisão. A organização levou as delegações estrangeiras e os jornalistas a conhecer as realidades do concelho e da região turística do Porto. O jogo da final teve um pico de audiência de 1,8 milhões de espectadores, sendo que o jogo com audiência mais fraca, transmitido em canal aberto, teve quase 900 mil espectadores. Os jogos transmitidos em canal por cabo - RTP Informação - tiveram uma média de espectadores entre os 80 e os 120 mil. Ficava muito mal desvalorizar o que sabiam fazer bem, com o contributo de toda a comunidade. Queria deixar o seu agradecimento a todos os espinhenses, a todas as associações que contribuíram para o sucesso daquele evento. Sobre o retorno para os agentes económicos locais, admitia que num caso ou outro, não tenham tido a clientela doutros momentos, contudo os restantes 99,9 % ficaram satisfeitos, tendo aumentado o seu volume de faturação. Em meados de setembro os hotéis ainda estavam com capacidade esgotada. Sobre os custos do evento voltou a referir que fora realizado a custo zero para os cofres da Câmara Municipal, uma vez que houve uma candidatura a Fundos Comunitários, em que a Câmara Municipal fora copromotora conjuntamente com a Federação Portuguesa de Futebol. A componente de candidatura da Câmara Municipal fora de cerca de 400 mil euros, sendo que 85% desse valor fora financiado pelos fundos comunitários e os restantes 15% foram financiados com verbas do Turismo. Disse ainda que beneficiaram em termos de infraestruturas com aquela candidatura, uma vez que foram realizadas obras em equipamentos municipais, reforçaram as redes de água, saneamento e eletricidade para as praias e fizeram melhorias significativas na Piscina Solário Atlântico.

Jorge Carvalho (CDU) disse que o evento tinha sido feito pela Federação. Durante o período do campeonato a Câmara Municipal expulsara da zona os vendedores ambulantes, os comerciantes não podiam vender ou fazer publicidade de artigos que não constassem da lista de patrocinadores oficiais.



Votação: O documento foi aprovado com 21 votos a favor e 3 abstenções estando 24 membros presentes.

PS "Voto de Louvor e Congratulação: A dupla de irmãos e jovens espinhenses Ana e Pedro Walgode, sagraram-se no passado dia 29 de agosto Campeões Europeus de Patinagem Artística na modalidade de Pares de Dança Séniores. Neste Campeonato da Europa de Patinagem Artística 2015 que decorreu em Itália, Ana Walgode venceu ainda uma medalha de ouro e Pedro Walgode uma medalha de bronze, na variante Dança Individual. Recentemente, também no Campeonato do Mundo em Cali na Colômbia, Ana Walgode conquistou a medalha de prata júnior na categoria de dança Individual e o par Ana e Pedro Walgode em séniores atingiram o pódio com uma medalha de bronze em pares dança. Ana e Pedro fizeram o seu percurso escolar na Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida (Ana Walgode ainda frequenta a ESMGA) sempre com excelentes resultados académicos e dignos de mérito, são por isso um exemplo e um modelo para os nossos jovens e a prova de que é possível aliar a prática desportiva em alta competição com excelentes resultados nos estudos. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho reunida na sua 4ª sessão ordinária de 2015, em 28 setembro de 2015, delibera apresentar um Voto de Louvor e Congratulação a Ana e Pedro Walgode pelos feitos alcançados no Campeonato da Europa e do Mundo de Patinagem Artística de 2015."

Presidente CME disse que a Câmara Municipal associava-se ao documento.

Votação: Aprovado por unanimidade.

PSD "Voto de Louvor - Dinâmica Cultural, Turística e Económica "Espinho - Verão 2015: O grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Espinho congratula-se com o êxito, a qualidade, a dimensão dos eventos e o programa de animação que acrescentaram notoriedade, prestígio, promoção e afirmação da cidade como destino turístico de excelência durante o Verão. Eventos como o Mundial de Futebol de Praia, o Espinho Surf Destination, O Festival Oito24 e as Festas da Nossa Senhora da Ajuda, atraíram a presença de milhares de pessoas gerando retorno significativo na economia local. A sua divulgação à escala nacional e internacional nos mais importantes órgãos de comunicação social criaram fatores de atração da cidade como destino de férias para o futuro, dando uma imagem de segurança, de hospitalidade do seu povo e da beleza do território, designadamente das suas praias de fáceis e múltiplas acessibilidades. A Câmara Municipal de Espinho, Presidente, Vereadores, dirigentes, técnicos municipais, funcionários e outros colaboradores demonstraram grande competência e estiveram à altura dos desafios que tais eventos requerem pela sua dimensão, rigor e exigência das entidades coorganizadoras, designadamente, FIFA e Federação Portuguesa de Futebol. O executivo municipal, com recursos limitados conseguiu elaborar e realizar programas de

animação paralelos àqueles eventos, capazes de criar sinergias e o envolvimento das coletividades e instituições do concelho. Com esta estratégia Espinho afirma-se e retoma o lugar que teve noutros tempos no mapa das cidades com interesse e atrativos turísticos geradores de retorno económico para os agentes e população local. O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal congratula-se com o esforço e o trabalho que o atual executivo tem vindo a desenvolver, ano após ano na afirmação da cidade e do concelho com apostas certas e no aproveitamento das condições naturais do território, rentabilizando e promovendo o turismo no Verão. Assim e como reconhecimento de todo este trabalho, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação de um voto de louvor ao Executivo da Câmara Municipal de Espinho.”

Intervenções:

Manuela Vilares (BE) perguntou quantos postos de trabalho foram criados com aquelas dinâmicas e quais eram os valores do retorno na economia. Vira muitas pessoas na rua mas sem comprarem nada. Aquele documento parecia-lhe propaganda política com vista às eleições do próximo domingo, sendo que a Assembleia Municipal não era local para fazerem campanha. O BE votaria contra o documento.

Jorge Carvalho (CDU) disse que o documento era um daqueles documentos que só serviam para vangloriar. Eram programas que todas as Câmaras iam fazendo na medida dos possíveis. Os custos daqueles eventos nunca eram transmitidos à Assembleia Municipal. Disse que votaria contra o documento.

Ângelo Cardoso (PS) referiu que era a favor da animação da cidade e da sua promoção. Contudo, dos eventos enumerados no documento estava em falta o AMB, pelo que, se aceitassem acrescentar aquele evento, o seu voto seria favorável. Referiu ainda que na informação escrita do Presidente da Câmara também não constava qualquer referência àquele evento. Disse que notara algumas falhas no acompanhamento e orientação das pessoas que visitaram a cidade.

Presidente CME sugeriu aos proponentes do documento que, na parte final, fosse acrescentado “... bem como a todas as entidades que colaboraram com a Câmara Municipal nas diversas realizações”.

O grupo municipal do PSD aceitou as duas sugestões apresentadas.

José Carvalhinho (PS) disse que independentemente dos outros eventos referidos, que eram tradicionais e que tinham todo o mérito, o documento fora apresentado visando o mundial de futebol. Aprovava o voto de louvor com toda a facilidade se fosse apresentado para quebrar a sazonalidade daquilo que era a animação em Espinho. No verão, Espinho estava sempre cheio



independentemente da animação, bastava estar sol. Também não lhe parecia correto fazerem votos de louvor por aquilo que deve ser o papel da Câmara Municipal. Que claramente aquele documento tinha a ver com campanha eleitoral. Votaria contra.

Presidente CME respondeu que a organização do Campeonato do Mundo de Futebol de Praia fora uma coorganização da FIFA, da Federação Portuguesa de Futebol e da Câmara Municipal de Espinho, sendo que os funcionários da Câmara Municipal participaram ativamente durante meses na preparação e organização do evento. O Espinho Surf Destination era uma marca registada da Câmara Municipal de Espinho, visando a promoção da onda de Espinho no contexto da onda do Norte. Disse que a Câmara Municipal combatia, de forma muito assertiva, a sazonalidade, dando como exemplo, em Setembro a realização das Festas em honra de N. S. d' Ajuda; em Novembro, o Cinanima em cooperação com a Nascente; de 1 a 31 de dezembro, Espinho Cidade Encantada; no início do ano o Mar-marionetas; na altura da Pascoa, o programa Espinho Vive a Semana Santa; Durante o mês de maio, a organização de vários eventos desportivos e em Junho as Estátuas Vivas.

Jorge Carvalho (CDU) disse que afinal os trabalhadores da Câmara Municipal deixaram as suas funções para trabalharem no Campeonato de Futebol. Que o horário de trabalho aumentara de 35 para 40 horas e que a Câmara Municipal não pagara mais por isso.

José Carvalhinho (PS) disse que muitos daqueles eventos eram promovidos por associações em colaboração com a Câmara Municipal. Existia uma preocupação com a cidade e esqueciam-se das restantes freguesias. Que vangloriarem-se por aquilo que era obrigação em ser feito não lhe parecia correto.

Votação: aprovado com 13 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção, estando presentes 23 membros.

Declarações de Voto:

Ângelo Cardoso (PS): "Votei favoravelmente o documento porque o PSD decidiu alterar parte do seu texto e porque tenho esperança que o executivo tenha em atenção e consiga acompanhar melhor os eventos como referido no quinto parágrafo do documento para que as pessoas que se deslocam à nossa cidade, não andem perdidas."

A reunião prosseguiu com os pontos: **2. Definição das taxas de IMI 2015 para efeitos de liquidação e cobrança em 2016; 3. Lançamento de Derrama para efeitos de liquidação e cobrança em 2016 e 4. Participação Variável no IRS 2016** tendo o Presidente da Mesa em exercício dito que seriam discutidos em conjunto.

Pedi a palavra o Presidente da CME para explicar que em 2013 a Câmara Municipal aderira ao programa 1 do PAEL e que, naquela contingência, contraíra também, obrigações de redução de despesa e de aumento de receita, pelo que, de acordo com as disposições legais, a Câmara Municipal não tinha outra alternativa, enquanto aquele plano estivesse em vigor, que não fosse aplicar as taxas máximas daqueles impostos.

Jorge Carvalho (CDU) disse que a CDU votaria contra os documentos por motivo das taxas serem elevadas e estar-se a esfolar as pessoas. Com tantos eventos realizados pela Câmara Municipal a custo zero, esperava-se que os cofres camarários estivessem cheios permitindo o resgate do PAEL, permitindo a defesa dos interesses da população. As pessoas saiam do concelho para comprar habitação noutros locais onde as taxas eram menores.

José Carvalhinho (PS) referiu que as taxas máximas eram aplicadas desde 2013, justificadas com a adesão ao PAEL. No entanto era um problema de base porque mesmo quando a lei dava hipótese de tentar minorar os efeitos de aplicação das taxas máximas, o executivo optava sempre por não a utilizar. O grande responsável pela adesão ao PAEL fora o atual executivo que asfixiou as contas do município. Fora responsável pelo aumento da dívida a fornecedores, ou seja de curto prazo, de 2010, 2011 e 2013, em 50%.

Paulo Castro (PSD) disse que o PAEL era um programa de ajustamento económico e financeiro, de regime excecional, criado pelo atual Governo para resgatar autarquias falidas, equilibrar financeiramente e regularizar dívidas vencidas há mais de 90 dias com relevância a 31 de março de 2012. Por compromisso assinado, o executivo tinha de aplicar as taxas máximas. As dívidas existentes foram contraídas em anos anteriores a 2010 e 2011. O PAEL não viera prejudicar a taxa do IMI porque o anterior executivo municipal já praticava as taxas máximas.

Jorge Carvalho (CDU) disse que o PAEL era uma cópia do memorando aplicado a Portugal pela Troika. O castigo do governo não recaía sobre as Câmaras incumpridoras mas sobre as pessoas, naquele caso, sobre os Espinhenses. Disse que era verdade que o executivo PS aplicara as taxas máximas, no entanto a taxa não era a mesma, porque a avaliação dos prédios era inferior e atualmente os valores a cobrar eram superiores.

José Carvalhinho (PS) disse que a base tributável de 2009 era bem diferente da atual, assim a aplicação de taxas máximas sobre um valor superior aumentava a carga fiscal. Com a auditoria efetuada pela IGF, que apontava caminhos, e a auditoria pedida à Deloitte, o executivo municipal tinha todas as informações necessárias para efetuar correções aos problemas estruturais das finanças do município. No entanto, houve um aumento das dívidas de curto prazo em 48% entre 2010 e 2012. Os compromissos assumidos para exercícios futuros também



tiveram aquele comportamento, sendo que, em 2012, aquele volume de compromissos era de 36 milhões de euros.

Presidente CME pediu a palavra para dizer que o PS local não fizera ainda o seu "*mea culpa*" da sua responsabilidade política pela situação financeira catastrófica da Câmara Municipal no ano 2009. O candidato apoiado pelo PS nas eleições autárquicas de 2013 era o Presidente da Câmara antes de 2009, o qual deixou, na Câmara Municipal, uma dívida de 44 milhões de euros à qual tinham de juntar a sentença de 3 milhões de euros. Em 2013, o atual órgão executivo fechara as contas com 41 milhões de euros de dívida e em 2014 com 36 milhões de euros. No ano em curso a dívida diminuiria ainda mais.

Paulo Lemos (PS) perguntou, uma vez que o PAEL era um instrumento contratado por 20 anos para um plano de ajuste financeiro de dívidas financeiras existentes, se obrigava a estipulação das taxas máximas ou se permitia uma margem de permeio que pudesse promover uma política diferente, mais social, mais ao encontro das necessidades das pessoas, permitindo não afetar o orçamento familiar e traduzindo-se num apoio à economia local.

Presidente CME respondeu que não concordava com muita da legislação emanada, conforme já tivera oportunidade de dizer. O PAEL era, de alguma forma, constrangedor para as autarquias locais, seja no programa I, o mais exigente, seja no programa II que permitia mais alguma flexibilidade. Em 2012, para além de ter sido o pico da crise económico-financeira, os bancos estavam completamente descapitalizados, pelo que qualquer autarquia local que pedisse uma simulação para uma empréstimo de médio-longo prazo para resolver o seu passivo de curto prazo não obtinha sequer resposta do banco. Assim, o Governo tivera de afetar parte do fundo recebido da Troika para ajuda às autarquias locais, ou seja, através do PAEL, com obrigação de diminuição das despesas e de aumento das receitas. Atualmente a situação económica e financeira do país melhorara e a banca já não se encontrava na situação de 2012, permitindo que as autarquias pudessem fazer um empréstimo para pagar o PAEL a juro mais favorável e sem as condições que o programa impunha. Este seria o caminho a seguir pelo município de Espinho, mas era preciso que o Orçamento Geral de Estado tivesse uma norma que permitisse a substituição do PAEL por financiamento bancário às autarquias que ultrapassem os limites líquidos de endividamento. Quanto à legislação vigente, sobre a redução do IMI para as famílias com dependentes disse que estava disponível para estudar uma solução. Se fosse permitido, a Câmara tinha submetido à Assembleia Municipal uma proposta de redução de IMI.

Jorge Pina (PS) disse que o Presidente da Câmara estava a atirar poeira para os olhos porque, nos últimos quatro anos tinham saído do país mais jovens do que no tempo do fascismo e da guerra colonial, os funcionários públicos perderam sete salários, sem falar da perda dos pensionistas, seis em cada dez novos empregos eram estágios não remunerados. O tempo de

trabalho aumentara 200 horas por ano. A dívida crescera, sendo que Portugal tinha a terceira maior dívida da União Europeia.

Votação: Os pontos 2, 3 e 4 da Ordem de Trabalhos foram aprovados com 12 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção, estando presentes 24 membros.

Declarações de voto:

BE (Manuela Vilares): “O BE votou contra a aplicação das taxas máximas de IMI a cobrar em 2016, pois consideramos que devem ser aplicados valores intermédios de forma a descer os impostos e aliviar fiscalmente as famílias do concelho. A Câmara Municipal endividou-se demasiado e recorreu ao PAEL, mas isso foi culpa da má gestão e das más opções políticas e não culpa da população de Espinho. O Bloco votou também contra o lançamento da derrama para 2016, pois cremos que é possível propor, conforme prevê o artigo 14.º da lei das finanças locais, uma derrama reduzida para comércio e indústria com volume de negócios inferior a 150 mil euros anuais, de forma a aliviar fiscalmente o pequeno comércio e as pequenas e médias empresas. O BE votou igualmente contra a participação variável no IRS à taxa máxima porque entendemos que, neste momento - elevada taxa de desemprego e precariedade laboral, etc. - a autarquia deveria ajudar a aliviar a carga fiscal dos Espinhenses. Não poderemos nunca aprovar que seja a população a pagar com impostos atrás de impostos a gestão danosa feita pelos partidos que têm governado este concelho e este país e que têm estado sempre juntos a subscrever austeridade para o Povo.”

PS (José Carvalhinho): “Os Vogais do Partido Socialista votaram contra a definição das taxas de IMI 2015 para efeitos de liquidação e cobrança em 2016, contra o Lançamento de Derrama para efeitos de liquidação e cobrança em 2016 e contra a Participação Variável no IRS 2016; respetivamente pontos 2, 3 e 4 da ordem de trabalhos, por considerarem que a adesão ao Programa 1 do PAEL em 2013 é da inteira responsabilidade do atual executivo Municipal que não fez os necessários ajustamentos orçamentais para diminuir despesa, nem fez qualquer consolidação orçamental. Antes optou por deixar de pagar aos fornecedores da Camara Municipal, consubstanciado no aumento de quase 50% entre 2010 e 2012 da rubrica de Dívidas a Fornecedores. Foi assim a inabilidade deste Executivo Municipal, apesar do permanente “passa culpas” para o executivo PS, que levou ao desequilíbrio estrutural do Município de Espinho. São os Espinhenses e os seus bens que sofrem com o facto de o atual executivo não ter o dinamismo necessário para executar medidas que possam atenuar a maximização destes impostos. Não entendemos que o Executivo PSD se renda à sua própria fatalidade e continue sem agir, prejudicando irremediavelmente os cidadãos, os bens, o retorno económico, o emprego, as empresas, o investimento privado e a competitividade.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



Nos termos regimentais, deu-se por encerrada a reunião, procedendo-se à marcação de nova reunião para continuação dos trabalhos para o dia 9 de outubro de 2015, pelas 21h00.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 4 do artigo 60.º do Regimento desta Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 60.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal em exercício,

A Funcionária Municipal,
